

Alguns desafios que se colocam à Educação Social

Ana Maria A. Serapicos de Borda Cardoso
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

anamaria@eseopf.pt

Palavras-chave: Educador Social, Reconhecimento Profissional, Identidade Profissional.

Resumo

Com este artigo pretende-se reflectir algumas das questões que se prendem com a identidade e reconhecimento da Educação Social.

Conscientes da importância da intervenção que o Educador Social tem em contextos de educação não formal, quisemos contribuir com algumas análises que poderão esclarecer e dar a conhecer o seu papel profissional. Este é um exercício que necessita ser continuado, tal a necessidade de se divulgar o seu perfil e as suas competências profissionais.

Os desafios que se lhe colocam, para se afirmarem no terreno e junto de outros profissionais com formações afins são muitos, o que significa a importância do esforço que todos (Instituições, Formadores, Utentes, Políticos, Educadores Sociais) teremos de fazer para a dignificação e reconhecimento do seu trabalho a favor de uma sociedade do bem estar.

“La actividad profesional en educación social supone una función pública reconocida y acreditada con la titulación pertinente, que a partir del uso de metodologías y técnicas apropiadas intenta cumplir con la normativa laboral vigente” (Petrus,1997)

Ser Educador Social é, hoje, um desafio que importa reconhecer e valorizar pelos enormes benefícios da sua acção numa sociedade de bem estar. O relativo desconhecimento do potencial interventivo/educativo deste profissional, leva-nos a pensar – com o leitor – nalguns desafios que este profissional terá de enfrentar para se dar a conhecer e conquistar o seu espaço de intervenção.

Vejam alguns desses desafios:

1) Reconhecimento do estatuto profissional do Educador Social

A profissão de Educador Social, por ser recente, ainda não conseguiu uma divulgação e uma imagem suficientemente conhecida pela sociedade em geral e pelos espaços de trabalho em particular. A esta dificuldade acresce, ainda, o facto da existência de outros profissionais do âmbito do trabalho social, nomeadamente os Assistentes Sociais e os Animadores Sócio-Culturais com aparente semelhança entre títulos, o que justifica o esforço que é necessário desenvolver no sentido de clarificar funções, em prol da sua identidade profissional, sem descuidar a importância das atitudes de colaboração e de trabalho multidisciplinar entre todos estes profissionais. A ampla diversidade dos contextos e das populações com quem interage dificulta, também, a definição profissional do Educador Social, o tipo de tarefas que poderá desempenhar e a delimitação do seu campo de intervenção.

Trabalhando isolado ou em rede, o Educador Social caracteriza-se pela enorme capacidade de perceber a realidade, reflectir, adaptar-se às dificuldades e encontrar saídas possíveis para os múltiplos problemas de âmbito social. Por isso, a sua formação profissional deverá ser rigorosa articulando o conhecimento, a formação pedagógica reflectida com uma cultura actual e crítica, fundamental à leitura e compreensão do mundo, à capacidade de orientação e decisão que, a cada momento, terá de tomar. O seu perfil, estruturado pelos saberes ser, estar e fazer, confere-lhe um conjunto de competências que o tornam capaz de agir técnica e pedagogicamente, com sensibilidade social e ética. Subjacente aos seus modelos de intervenção está a cultura pedagógica destes profissionais que, com arte, criatividade, oportunidade, entusiasmo, responsabilidade e dinamismo são capazes de, sabendo interpretar a realidade social, proporcionar caminhos de realização, inte-

gração e desenvolvimento pessoal. “Face a outros saberes profissionais mais especializados, e eventualmente redutíveis a uma linguagem técnica, o saber pedagógico oferece (ao Educador Social) instrumentos conceptuais de carácter abrangente, de acordo com as exigências da actividade educativa, valorizada simultaneamente como arte, como ciência, como técnica e como filosofia” (Carvalho, Adalberto Dias de; Baptista, Isabel, 2004: 83)

A sua formação científico – cultural requer uma forte preparação para a caracterização das realidades sociais, para a concepção e desenvolvimento de projectos sócio – educativos, para a articulação entre equipamentos sociais, instituições e serviços, para ser interface com pessoas e grupos de outras especialidades, para o trabalho em equipa, para assumir a direcção de instituições e a coordenação de projectos de intervenção, para a intervenção em contextos variados, para a cooperação ao nível do desenvolvimento e colaboração com instâncias internacionais. O reconhecimento do seu estatuto profissional passa, inevitavelmente, pela definição clara dos papéis que desempenha profissionalmente, evitando os riscos de imprecisão e de ambiguidade, que perturbam a caracterização das identidades profissionais. Os avanços epistemológicos são fundamentais a essa clarificação, evitando modelos inspirados no senso comum ou no saber espontâneo das sensibilidades humanas e profissionais. É que o Educador Social tem um saber, próprio de quem sabe conciliar o conhecimento técnico com o saber teórico e pedagógico, informado por referenciais humanistas que urge implementar, cada vez mais, nas nossas práticas profissionais

2) Definição do papel profissional

A Associação Internacional de Educadores Sociais (AEI), na Declaração de Barcelona de 2001, afirma: “Partimos de uma imagem de profissional reflexivo, em

permanente escuta, gerador de conhecimento, e recusamos a imagem do profissional estático que só é consumidor de conhecimento e que não favorece a criação de recursos de vida” “Agimos a partir da ideia de que a finalidade da acção educativa é capacitação dos sujeitos para a vida social. O nosso objectivo é conseguir a promoção e a participação social activa das pessoas, dos grupos e das comunidades com quem trabalhamos, para que compreendam os seus direitos e assumam as suas responsabilidades”.

A definição do papel profissional do Educador Social passa pelo tipo de desempenho que dele se espera, do que ele sabe e é capaz de fazer no quadro das competências para que foi preparado e das respostas emergentes aos desafios laborais.

O desenvolvimento de *competências instrumentais* a par das *competências interpessoais e estratégicas*, são fundamentais para criação do estereótipo que caracteriza a sua profissão. As *competências instrumentais* preparam-no para o saber fazer, nomeadamente o saber utilizar metodologias, técnicas e estratégias de intervenção específicas, a capacidade para produzir conhecimento científico na área da sua especialidade, o ter conhecimento das funções dos equipamentos, instituições e serviços sociais, o saber utilizar redes sociais de apoio, o possuir uma cultura geral vasta; nas *competências interpessoais*, destaca-se a importância do saber ser neutro, aceitando e valorizando a diferença, o saber gerir conflitos, o favorecer a integração grupal, o pensar de uma forma crítica e reflexiva; ao nível das *competências estratégicas*, necessita de ser um profissional com elevado grau de criatividade, de autonomia, de segurança, de atenção às problemáticas sociais e com capacidade de integrar saberes resultantes de uma atitude atenta e aberta às aprendizagens. Partindo desta matriz teórica e inspirados numa filosofia humanista, a estruturação de currículos de formação do Educador Social deverá ter em vista o desenvolvimento de capacidades para ser capaz de:

- ser um agente de adaptação e socialização
- saber intervir com metodologias e didácticas específicas
- desenvolver acções preventivas e de remediação ao nível de várias problemáticas sociais
- ser agente da educação extra-escolar
- ser um profissional reflexivo com capacidade de produzir conhecimento científico

O enfoque claramente sociológico e pedagógico da sua intervenção, inscreve-se em acções de ajuda e orientação pedagógico-social junto de crianças, jovens ou adultos com fragilidades pessoais na relação com o mundo que o rodeia. O Educador Social terá de ser, sempre, um mediador entre o indivíduo, a família, as instituições e a sociedade em geral; por isso, a sua acção tem sentido

- nos lares da terceira idade
- nos internatos
- nos ATL (s)
- nas escolas
- nas prisões
- nos hospitais
- nas autarquias

Na multiplicidade de papéis que poderá ter, e que dificultam a construção de uma identidade enquanto técnico especializado, a sua mais valia advém-lhe do seu saber pedagógico, técnico e humano que o tornam insubstituível na orientação e “resolução” de muitos problemas sociais da nossa contemporaneidade. Ao ambicionar integrar o sujeito na sociedade afirmamos com de Glória Serrano (2003:129) que os objectivos da Educação Social são: desenvolver a maturidade social; promover as relações humanas e preparar o indivíduo para a convivência na comunidade.

O seu papel educativo, difícil de avaliar pela morosidade dos resultados que se espera da acção educativa, e que só o tempo se encarrega de revelar com a conseguida mudança de mentalidades, comportamentos e valores,

terá de ser valorizado e reconhecido publicamente. Só desta forma, este profissional poderá responder com entusiasmo às políticas e ao trabalho que, por mais aliantes que sejam, não produzem resultados positivos sem se sentirem verdadeiramente motivados.

3) Divulgação do código deontológico

A ética é um dos eixos estruturantes de um perfil profissional. O exercício de uma profissão, supõe a existência de um conjunto de valores e princípios éticos que constituem uma referência deontológica no quadro das relações e das tomadas de decisão de âmbito profissional. Construir um quadro de indicadores que uniformizem decisões, ter uma sensibilidade orientada pelo bem comum, possuir um pensamento filantrópico, saber aplicar – em situações específicas – as linhas de orientação ético-legais, facilita a construção da imagem social e a autonomia profissional.

Ser Educador Social é ser teleológico, isto é, toda a sua acção é carregada de sentido. Ora, a consciência desse sentido dá ao processo interventivo uma orientação axiológica nos fins a alcançar e, pelo reconhecimento ético, legitimidade aos projectos de intervenção social por ele desenvolvidos.

Por não sermos neutros nas nossas decisões, o código deontológico ao ser a expressão dos valores e princípios que ajudam a regular comportamentos profissionais, é uma referência na busca de soluções. A sua correcta aplicação depende, como é evidente, da formação ética do aplicador que lhe permitirá decidir, mesmo nas situações pouco claras, em conformidade com a “moral profissional”.

Confrontado com várias lógicas – a lógica do utente, a lógica da Instituição, a lógica do grupo, a lógica dos pares, a lógica das famílias, a lógica da sociedade – o Educador Social terá de, com firmeza e determinação,

fazer prevalecer a lógica da moral e da ética que sustentam a deontologia da sua profissão.

Importa, num exercício de reflexão, de questionamento e análise de comportamentos, tornar claro os pressupostos filosóficos e axiológicos que sustentam a sua prática profissional. As palavras solidariedade, disponibilidade, fraternidade, responsabilidade, amor são, entre muitas outras, o rosto dos valores que reconfiguram o ideal de proximidade e alteridade dos nossos dias. Ora, o Educador Social cultiva e pratica por formação estes valores, suportados por um profissionalismo onto – pedagógico que lhe confere um carisma único no campo da intervenção social.

Na Declaração de Barcelona de 2001, a Associação Internacional dos Educadores Sociais (AEIJ), explicita: “reconhecemos a ética como elemento central da prática profissional e manifestamos a necessidade de trabalhar para que a ética oriente as nossas ações quotidianas”; “é nossa obrigação definir um quadro mínimo de valores de referência para a profissão a partir dos quais seja possível interpretar a realidade e definir as características da prática: em relação a que e perante quem somos responsáveis”; “consideramos que é imprescindível um claro sentido autocrítico sobre o rigor técnico das nossas atuações, para lá dos condicionalismos exteriores que as possam determinar”

Em Portugal, a Associação Profissional “Conselho Nacional de Educação Social” elaborou para a profissão de Educador Social um código deontológico, aprovado em 17 de Novembro de 2001 onde se prevêem os direitos e os deveres do Educador Social em relação:

- a si mesmo e à profissão
- aos utentes
- às instituições
- aos outros profissionais
- à sociedade em geral

4) Investigação produzida

A Educação Social, sendo uma profissão relativamente recente em Portugal, sofre de uma exígua produção de textos resultantes de um trabalho reflectido, debatido e avaliado. A verdade, é que urge tornar visível, pela escrita fundamentada, a matriz teórica que o orienta e os resultados conseguidos na intervenção.

Tratando-se de um profissional do terreno cabe-lhe, numa atitude de constante análise, fazer o confronto entre a teoria e a prática que, aliado à observação, ao contacto com outros profissionais, ao debate, ao estudo e à convicção que a escrita favorece a consciencialização profissional, produzir conhecimento com saberes específicos.

A reflexão epistemológica é indispensável ao avanço da qualidade nas formações académicas e à identidade da Pedagogia Social enquanto ciência pedagógico-social que orienta e fundamenta a praxis do Educador Social. A Pedagogia Social, tendo nascido da urgência de responder em momentos históricos a problemas sociais, antecedeu a teoria o que fez nascer a necessidade de uma reflexão epistemológica que racionalizasse a prática e sistematizasse o conhecimento.

Em Educação Social “todas las teorías son producto de alguna práctica; a su vez, toda actividad práctica recibe orientación de alguna teoría(...) (Carr e Kemis,1988:125) e a Pedagogia Social “surge en la interacción recíproca entre teoría y práctica, es decir: teorías, resultados de la investigación de las ciencias humanas y sociales y de las experiencias obtenidas en la acción, verificadas y contrastadas por la investigación” (Serrano, Glória Perez, 2003), o que valoriza, sem dúvida, os momentos de confronto de saberes essenciais à renovação do conhecimento.

A investigação em Educação Social, por se tratar de uma investigação sócio-educativa, sabemos da sua complexidade (cruzamento de várias fontes, de vários olhares e de múltiplas relações); do seu lado utilitário (educar não é um acto

teórico mas pragmático, ao querer mudar de forma desejável quem se educa); do carisma prático (porque a acção é um dos seus pilares); do duplo papel investigador/actor (porque implicado na reflexão crítica e no confronto do teórico com o prático); da sua vertente profiláctica (por ajudar a encontrar soluções para problemas sociais); da dificuldade na definição de prioridades (pela dificuldade de consensos que o trabalho interdisciplinar e em equipa implica).

A investigação-acção ao permitir “a implicação activa num processo de análise, reflexão e melhoria sobre a própria prática” (Parcerisa, 1999:63) oferece ao Educador Social momentos de interrogação, de estudo e respostas num constante processo inacabado.

Apesar das complexidades, a investigação em Pedagogia Social e a produção de textos são desafios que o Educador Social não pode ignorar.

5) Formação contínua e formação pós-graduada

A rápida obsolescência dos saberes exige a qualquer profissional a actualização e constante busca do novo conhecimento. As formações contínua e pós-graduada, contribuindo para a não cristalização dos referentes teóricos, técnicos e pedagógico-profissionais, dão oportunidade de evoluir na direcção dos desafios que o desempenho profissional exige.

O Educador Social necessita acompanhar a dinâmica do tempo e do conhecimento. Para isso, exige-se-lhe uma atitude de abertura em relação às oportunidades de actualização que vão surgindo, com frequência, nos estabelecimentos de Ensino Superior e nos Centros de Formação. Terá é, de crítica e criteriosamente, saber orientar as suas opções para o campo do conhecimento que sabe fazer parte do seu projecto de auto-formação, num contexto mais alargado como é o da *aprendizagem ao longo da vida*.

É que, importa ao Educador Social zelar pela sua autonomia não se deixando fragilizar pela insegurança que, tantas vezes, a inesgotável oferta lhe poderá trazer. A capacidade de saber seleccionar a formação que lhe interessa, traçando um caminho formativo adequado, permitir-lhe-á a consolidação de um perfil com competências que o poderão especializar para o exercício de funções inerentes à sua profissão.

A sua acção ganha sentido nas respostas aos problemas que a Pessoa, o Grupo ou as Instituições lhe apresentam. Esses problemas, perfeitamente localizados no tempo, exigem uma interpretação sustentada por um conhecimento actual fundamentado, evitando soluções de saber empírico e de senso comum. As oficinas de formação e os círculos de estudo constituem, em nosso entender, boas oportunidades para o confronto de opiniões, para a troca de experiências e para a reconstrução do saber numa constante atitude reflexiva e de pensamento dialéctico.

A formação, sendo cada vez mais uma *auto-formação* pela implicação do sujeito na construção do próprio saber, não pode ficar-se pela formação inicial mas ser um propósito sempre presente pela obtenção de competências que as situações de aprendizagem, no terreno ou em espaços formais, lhe conferem.

A criatividade e a inovação são exigências que a actualidade nos impõe tal é a implacável força da concorrência, num momento de elevado desemprego, numa sociedade onde vinga o “diferente” associado à qualidade. Como defende Roberto Carneiro (2000:76) “nunca, como hoje, se apelou tanto à capacidade de *aprendizagem generativa* – aquela que assenta no pensamento diferente e na busca de soluções não convencionais”

É evidente que tudo se cultiva mas, para que isso aconteça, é necessário força de vontade, determinação, apetência pela descoberta do novo, ter capacidade integradora e exercício relacional do saberes, do “novo” com o “velho”, mantendo estruturas de conhecimento sólido e, simultaneamente, actualizado.

Se o saber certificado, pela obtenção de diplomas, funciona como porta de entrada para uma boa classificação na pirâmide social e, se, as estruturas ocupacionais são, ainda, destinadas às mais valorizadas formações, o Educador Social terá de vencer pelo mérito (será a nossa sociedade uma sociedade meritocrática?) mas também pelo combate à erosão do seu conhecimento e do seu nível académico. Pós-graduações especializadas, mestrados e doutoramentos são alguns dos caminhos que, numa atitude assumida de *educação vitalícia*¹ o preparam para os desafios conjugados de ser capaz de “extrair conhecimento da informação; construir sabedoria a partir do conhecimento; compreender o esplendor da vida contido no viver; fruir o prazer de aprender na partilha e na comunicação (Carneiro, Roberto, 2000:39)

A dinâmica da relação entre o saber, o conhecimento e a aquisição de competências terá, também, de ser assegurada pelas *instituições escolares* enquanto *unidades criativas de conteúdos educacionais* que deverão estar disponíveis para a oferta e acompanhamento na formação contínua numa perspectiva de satisfação dos seus “clientes” e sujeitos da educação. “Os sistemas educativo e de formação europeus necessitam de ser adaptados não só às exigências da sociedade do conhecimento como também à necessidade de um maior nível e qualidade do emprego. Terão de oferecer oportunidades de aprendizagem e de formação concebidas para grupos-alvo em diferentes fases das suas vidas: jovens, adultos desempregados e as pessoas empregadas que correm o risco de ver as suas competências ultrapassadas pela rapidez da mudança”²

6) Valorização da Educação não formal

Quando falamos de formação, educação ou aprendizagem, temos de equacionar a forma como a Pessoa se relaciona com a vida, as imagens e significados que dela tem, a capacidade de aprendizagem do ser humano em

cada circunstância e as diferentes formas de aprender em espaços de educação *formal, informal e não formal*.

A Escola, pelos aspectos formais e metodológicos que a caracterizam, nem sempre está preparada para responder a todas as necessidades educativas dos educandos e às necessidades funcionais das famílias e das sociedades. Como afirma Antoni Petrus (2003:63) “A raiz do problema é que a escola não é capaz, por si mesma, de solucionar os complexos problemas da população infantil e juvenil, como tão pouco pode resolver as dificuldades da instituição familiar”. Assim teremos de considerar, paralelamente aos sistemas formais de ensino-aprendizagem, outros meios e espaços complementares de educação a que comumente designamos de “não formais” e “informais”.

A *educação formal*, tendo por objectivo a preparação e desenvolvimento global da pessoa, está ligada ao sistema educativo oficial, à ideia de obrigatoriedade, continuidade, regularidade, conferente de um determinado nível académico, importante à integração social e para o acesso ao mundo do trabalho. Acontece que, por circunstâncias várias – estruturais, de espaço, de tempo – a educação formal não esgota as possibilidades que o indivíduo tem de aprender, se formar e educar. A estrutura escolar impõe limites que convém reconhecer; temos, por isso, de valorizar a interacção dinâmica entre os processos educativos que se dão fora dela e que podem melhorar e completar a sua acção.

A *educação informal*, refere-se “a todos os processos que, sem um explícito carácter e organização educativa, exercem sua influência na vida das pessoas: família, amigos, publicidade, televisão, etc.” (Contada, Rafaela Lamata, 2003: 46)

A *educação não formal*, assim designada por se afastar com maior ou menor radicalidade das formas canónicas ou convencionais da escola, integra diferentes âmbitos formativos como seja a educação de adultos, a educação para o tempo livre e animação sócio-cultural, formação

e reciclagem profissional, formação cívica, educação ambiental, educação social etc.

É difícil estabelecer fronteiras entre estes meios de educação e formação já que assumem a transversalidade de alguns conteúdos e de alguns objectivos.

A educação não formal procura abranger pedagogicamente a diversidade e riqueza dos contextos sociais pela aplicação de experiências educativas inovadoras centradas em aprendizagens reais. Os conteúdos e objectivos a alcançar são diversos quanto os territórios e os grupos para quem se dirige, com necessidades específicas e imediatas, a quem agrada as abordagens funcionais e de carácter menos abstracto, com raízes na cultura de origem e na vida. Pela particularidade dos conteúdos e dos grupos, há uma grande flexibilidade de horários, de espaços e as metodologias a utilizar são, em regra, activas, construtivas e intuitivas.

Das mudanças significativas a que assistimos desde o final do século xx nos planos político, tecnológico, cultural, social e económico, emergem transformações no mundo que exigem perfis profissionais, absolutamente impensáveis há alguns anos atrás.

A globalização, as novas tecnologias, a sociedade em rede, criaram a pretensa aspiração a um mundo único. A verdade, é que a realidade social não é única; existem muitas e diferentes sociedades onde, nem por sombras, a dignidade da pessoa e as oportunidades são as mesmas. Sabe-se que em África e na Ásia, mais de 50% dos nascimentos não são assistidos; que um quinto da população Europeia tem mais de 60 anos; que a solidão é um dos problemas da terceira idade; que nas cidades vive mais de 80% da população mundial; que nas famílias não há disponibilidade nem tempo para acompanhar os jovens e os idosos; que as relações de vizinhança praticamente não existem; que a guerra criou muitos órfãos e um fluxo enorme de migrações; que uma elevada percentagem de pessoas vive em condições de pobreza abaixo do limiar mínimo..

O chamado "conflito de culturas", o conflito de gerações, o conflito das identidades, o conflito das "normalidades"/"marginalidades"/"exclusões" são alguns dos climas sociais inibidores dos efeitos da acção educativa. Estes problemas não são, o mais das vezes, cobertos pelas famílias e pela escola. É evidente que tem havido esforços, por parte do Estado, para minimizar a actual tendência da desigualdade e da polarização social, o que sabemos ser de extrema dificuldade.

Numa óptica de formação, orientação e de ajuda, o Educador Social surge como profissional inspirado pelos valores humanos, versátil, polivalente, preparado para a resposta a necessidades sociais, situadas ao nível da relação da pessoa consigo própria e com os outros, com os lugares, com as famílias. Vocacionado para novos espaços de reflexão e de trabalho, pode ajudar a construir o pilar da educação do século XXI – "aprender a viver juntos" numa sociedade do bem estar. Ora, sem "soluções milagrosas"³ mas com uma grande sensibilidade e saber pedagógico em contextos de educação não formal, o Educador Social tem competências para ajudar a formar "pessoas capazes de evoluir, de se adaptarem a um mundo em rápida transformação e de dominar a mudança" (Delors,1996:78)

Conclusão

O reconhecimento social é decisivo para a valorização de uma profissão.

O reconhecimento do Educador Social poderá depender das dinâmicas da sociedade em geral, da sua postura ética enquanto profissional, da qualidade da sua formação académica, do rigor da sua análise sobre os problemas e da eficácia da sua intervenção.

Estudos sociológicos apontam que as profissões mais especializadas e que exigem um alto nível de conhecimento

são, normalmente, as que alcançam um reconhecimento social mais elevado. Ao estudo das profissões importa identificar as características que evidenciem o “traço” de cada uma delas, distinguindo-as das demais ocupações (confr. Husen Y Postlethwaite, 1992)

O “traço” marcante do Educador Social é, sem dúvida, a capacidade para saber encontrar e ajudar a percorrer caminhos que vão no sentido do bem estar da pessoa e da sociedade. O que o distingue de outros profissionais é a formação polivalente que lhe permite apropriar-se de situações de carência, saber intervir educativamente e encaminhar para outros profissionais os casos que necessitam de intervenção especializada. O Educador Social é um mediador entre sujeitos e as respostas profiláticas ou terapêuticas aplicáveis.

Os novos padrões de conjugalidade, o aumento dos divórcios, a inclusão das mulheres no mundo do trabalho, etc., poderão ter alterado as relações de ajuda e o sentido das responsabilidades familiares, o que conduziu à procura de serviços e de apoio a tarefas tradicionalmente desempenhadas pela mulher.

O Estado ao assumir-se como responsável pela criação de condições de bem estar à população mais fragilizada, criou um conjunto de serviços e equipamentos diversificados com o objectivo de dar resposta a diferentes necessidades e a diferentes níveis de carências. Surge, então, um número significativo de instituições especializadas estatais e também de iniciativa privada que, sendo resposta, são também origem de grandes transformações nas relações de acompanhamento e nas formas de solidariedade.

A família vê-se, assim, substituída por estruturas de apoio que funcionam com uma lógica própria. O Educador Social, sendo parte dessas estruturas, ao ser um mediador, procura ser alguém que, acima de tudo, sabe respeitar, defender e garantir a praxiologia dos direitos humanos.

Para o conhecimento e reconhecimento desta profissão importa ainda a *definição de uma carreira profissional* – para a estabilidade no trabalho, para as oportunidades de

emprego, para as justas remunerações, para o acesso a patamares hierárquicos no desempenho e reconhecimento profissional; a *criação de espaços de debate e reflexão* – permitindo o saudável hábito de intercâmbio e confronto de perspectivas; a *formação e pertença a Associações Profissionais* – fundamentais para o questionamento das grandes linhas de orientação profissional, para a criação de espaços de investigação, no apoio profissional, na divulgação de iniciativas, na luta pelo reconhecimento profissional e académico, na regulação de estatutos e carreiras profissionais; a *divulgação do “perfil profissional”*; a aposta em *políticas sociais*⁴ que criem condições para que os grupos fragilizados tenham um acompanhamento e apoio por parte de pessoas qualificadas com preparação adequada às necessidades de intervenção.

Saliente-se, finalmente, a aceitação que a Educação Social tem conseguido junto das Instituições empregadoras conquistando, já, um espaço de intervenção e de cumplicidade com outros profissionais da área social.

Referências Bibliográficas

- BABTISTA, Isabel (2001): *Espaço(s) de Construção de Identidade Profissional*, Porto *Universidade Portucalense*.
- CARR, w.; Kemmis, S. (1988): *Teoría crítica de la enseñanza*, Barcelona, Martínez Roca
- COOMBS, P.H. (1985): *La crisis mundial de la Educación. Perspectivas actuales*. Madrid. Santillana.
- COTANDA, Rafaela Lamata (2003): *La construcción de procesos formativos en educación no formal*, Madrid NARCEA, S. A. DE EDICIONES
- DELORS, J. (et al.) (1996), *Educación: um tesouro a descobrir* – relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1ª ed., Rio Tinto, Edições Asa.
- HERRERÍAS, José Ángel (coord) (1996): *El Educador Social: líneas de formación y de actuación*, Madrid, Guillermo Mirecki Editor
- HUSÉN, T. y Postlethwaite, J. N. (1992): *Enciclopedia Internacional de Educación*, Barcelona, Vicens Vives
- PARCERISA, Artur (1999): *Didáctica en la educación social – Enseñar y aprender fuera de la escuela*, Barcelona, Editorial Graó
- PETRUS, Antonio (org.) (1997): *Pedagogía Social*, Barcelona, Ariel
- SERRANO, Glória Pérez (2003): *Pedagogía Social, Educación Social – construcción científica e intervención práctica*

¹ | O termo é utilizado por Roberto Carneiro na obra O FUTURO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL RENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES, Ministério da Educação, Lisboa, Julho de 2000

² | Cimeira Europeia de Lisboa, Março de 2000

³ | A expressão é de Isabel Baptista, in Espaço(s) de Construção de Identidade Profissional (2001:58)

⁴ | Herrerías(1996:18) afirma "a prática profissional do educador social depende, em grande parte, das políticas sociais(...).